



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 1 de setembro de 2016

Moldávia: "poucos elementos comprovativos de progressos" resultantes da ajuda da UE, afirmam os auditores

A assistência financeira da UE à Moldávia, que visava o reforço da administração pública do país, teve apenas um efeito limitado, segundo um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu. A Moldávia é o país mais pobre da Europa. Recebeu, desde 2007, ajudas da UE no montante de 782 milhões de euros, valor que representa quase 37 euros por habitante anualmente, o montante mais elevado em todos os países vizinhos orientais da UE.

Porém, ao examinarem os programas de apoio orçamental nos setores da justiça, das finanças públicas, da saúde pública e da água, os auditores verificaram que existiam poucos elementos comprovativos de progressos. Fatores externos como a falta de vontade política das autoridades nacionais explicaram algumas das lacunas. Outras ficaram a dever-se às insuficiências na conceção e na execução dos programas e projetos auditados.

"A UE enfrenta desafios significativos na execução da sua assistência à Moldávia", declarou Hans Gustaf Wessberg, o Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "A combinação de instabilidade política e macroeconómica com insuficiências na governação e na administração pública reduz significativamente a capacidade da Comissão Europeia para estimular as reformas".

Os auditores constataram igualmente que a Comissão poderia ter dado uma resposta mais rápida quando os riscos associados ao apoio se concretizaram. Os programas não foram suficientemente alinhados com as estratégias moldavas e o seu potencial benefício foi reduzido porque a Comissão não utilizou plenamente a sua prerrogativa de definir pré-condições de pagamento. A Comissão poderia ter sido mais rigorosa ao avaliar o cumprimento das condições e a atribuição de fundos adicionais baseados em incentivos não foi plenamente justificada.

A conceção dos projetos foi, de um modo geral, considerada pertinente e a assistência da UE prestada através de projetos foi parcialmente eficaz no reforço da administração pública. No entanto, o âmbito e o calendário dos projetos nem sempre foram bem coordenados com os programas de apoio orçamental. A assistência técnica específica para o desenvolvimento da capacidade administrativa só começou a ser prestada meses após o início do principal programa de apoio orçamental. Nem sempre foram utilizados outros projetos de assistência técnica e de geminação na elaboração ou na assistência a programas de apoio orçamental. Embora, em geral, os projetos tenham produzido as realizações esperadas, os resultados nem sempre foram sustentáveis por falta de

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em www.eca.europa.eu.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditorsECA

eca.europa.eu

vontade política e outros fatores externos.

Os auditores formulam um conjunto de **recomendações** para que a Comissão melhore a assistência da UE à Moldávia:

- aplicar o sistema de alerta precoce de uma forma mais rigorosa para evitar ou limitar os riscos;
- melhorar a ligação entre os programas de apoio orçamental e as estratégias nacionais;
- reforçar a utilização das condições e dos indicadores de desempenho;
- relacionar de forma mais clara os fundos baseados em incentivos com os progressos demonstráveis;
- coordenar os projetos com os programas de apoio orçamental setorial;
- garantir a sustentabilidade dos projetos, avaliando de forma mais sistemática a capacidade e o empenho político das autoridades públicas em manter os resultados.

Nota aos diretores das publicações

A UE coopera com a República da Moldávia no âmbito da Política Europeia de Vizinhança e, mais especificamente, a sua dimensão regional oriental, a Parceria Oriental. O Instrumento Europeu de Vizinhança é o instrumento financeiro da UE dedicado à política de vizinhança para o período de 2014-2020. Desde 2007, a Moldávia recebeu ajudas da UE no montante de 782 milhões de euros. Este valor representa quase 37 euros por habitante anualmente, que é o montante mais elevado de ajuda *per capita* em todos os países vizinhos orientais da UE.

Entre os principais problemas da Moldávia incluem-se a corrupção generalizada e as insuficiências das suas instituições públicas, que têm sido um elemento importante da assistência da UE desde 2007. Uma parte significativa da ajuda é prestada sob a forma de apoio orçamental. Esse apoio envolve a transferência de fundos para o Tesouro Nacional do país parceiro, com a condição de que sejam cumpridos determinados requisitos. A ajuda remanescente é prestada através de projetos.

Em 2014, a Moldávia e a UE assinaram um acordo de associação, que contemplava uma zona de comércio livre abrangente e aprofundada.

O Relatório Especial nº 13/2016: "Assistência da UE no reforço da administração pública da Moldávia" está disponível em 23 línguas da UE.